



Geografia: Políticas e Democracia 2

Anna Paula Lombardi
(Organizadora)

Atena
Editora

Ano 2019

Anna Paula Lombardi
(Organizadora)

Geografia, Políticas e Democracia 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

G345 Geografia: políticas e democracia 2 [recurso eletrônico] /
Organizadora Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Geografia: Políticas e Democracia; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-146-6

DOI 10.22533/at.ed.466191902

1. Geografia física. 2. Geografia – Estudo e ensino. I. Lombardi,
Anna Paula. II. Série.

CDD 910.02

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Geografia: o Ensino de Geografia e os estudos pela abordagem ambiental na perspectiva política e democrática”, envolve estudos na área específica da Ciência Geográfica por duas abordagens distintas, mas por momentos se complementam através das práticas sociais que se estabelecem no espaço em sua totalidade.

A primeira, na área de Ensino de Geografia envolve estudos sob os mais diversos âmbitos entre eles: a música como norteadora dos conteúdos na Geografia, cidadania e ensino de Geografia, currículo mínimo na Geografia, educação ambiental, o ensino pela categoria paisagem na Geografia e as reflexões sobre as escolas rurais no Ensino de Geografia. A segunda, na área que envolve a abordagem ambientalista envolve os seguintes temas: os conflitos ambientais em regiões metropolitanas, áreas de preservação permanente ambiental nas bacias hidrográficas, regularização ambiental em imóveis rurais, os conflitos no campo e os impactos ambientais. Os 15 capítulos publicados pela editora Atena no volume 2, apresentam estudos de grande relevância contribuindo para os avanços da Ciência Geográfica pela perspectiva política e democrática.

Com o enfoque de contribuir no bem estar do coletivo e a integração desses no âmbito da sociedade são as principais preocupações expostas nos capítulos. A obra contribui na ampla relevância dos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos e através da complexidade dos fatos reais, tem como característica dar visibilidade a importância desses estudos para que se tornem temas centrais de investigação na academia.

A seriedade desses estudos, estão evidenciados na formação em nível de graduação e pós-graduação de acadêmicos registrando um salto quantitativo e qualitativo nas últimas décadas corroborando com a relevância do tema abordado.

Aos leitores desta obra, que ela possa inspirar a criação de novos e sublimes estudos em questão, proporcionando discussões e propostas para um conhecimento significativo.

Anna Paula Lombardi

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A MÚSICA COMO TEMA NORTEADOR DOS CONTEÚDOS DE GEOGRAFIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA COM OS ESTUDANTES DA EEEFM JOSÉ ROCHA SOBRINHO EM BANANEIRAS – PB	
Ana Cláudia Ribeiro da Silva Sâmara Rachel Ribeiro da Silva Trajano	
DOI 10.22533/at.ed.4661919021	
CAPÍTULO 2	11
CIDADANIA E O ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA ESCOLA ESTADUAL TEREZA DONATO DE ARAÚJO NA CIDADE DE MARABÁ – PA	
Fernanda Dias Carneiro Camila Garcia Nascimento de Souza Flaviana da Silva Borges de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.4661919022	
CAPÍTULO 3	20
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CAMPUS FIOCRUZ DA MATA ATLÂNTICA: CONTRIBUIÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DE UM TERRITÓRIO SAUDÁVEL	
Priscilla Pedrette de Mello Alves Sebastião Martins de Medeiros Filho	
DOI 10.22533/at.ed.4661919023	
CAPÍTULO 4	31
GEOGRAFIA E MÚSICA: APONTAMENTOS SOBRE UMA POSSIBILIDADE DEMOCRÁTICA	
Tiago Lins de Lima Josué da Costa Silva	
DOI 10.22533/at.ed.4661919024	
CAPÍTULO 5	41
O CURRÍCULO MÍNIMO DE GEOGRAFIA FRENTE ÀS POLÍTICAS CURRICULARES NACIONAIS	
Ana Carolina de Figueiredo Azevedo Ana Claudia Ramos Sacramento	
DOI 10.22533/at.ed.4661919025	
CAPÍTULO 6	54
O CURRÍCULO NO ENSINO DE GEOGRAFIA EM SÃO CAETANO DO SUL: REFLEXÕES A PARTIR DO OLHAR DOCENTE	
David Augusto Santos	
DOI 10.22533/at.ed.4661919026	
CAPÍTULO 7	64
O ENSINO DA PAISAGEM POR MEIO DA UTILIZAÇÃO DA EDUCOPÉDIA E DAS PRÁTICAS COTIDIANAS DO ESTUDANTE NO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL MARIO PENNA DA ROCHA SME/RJ	
Renata Bernardo Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.4661919027	

CAPÍTULO 8	75
REFLEXÃO SOBRE O ENSINO DA GEOGRAFIA – DESAFIOS E PERSPECTIVAS	
Cristiane Cardoso Edileuza Dias de Queiroz	
DOI 10.22533/at.ed.4661919028	
CAPÍTULO 9	84
REFLEXÕES SOBRE AS ESCOLAS RURAIS: EDUCAÇÃO DO CAMPO OU CURRÍCULO URBANO	
Abigail Bruna da Cruz Sandra de Castro de Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.4661919029	
CAPÍTULO 10	94
O OLHAR DE CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE PARA MINAS GERAIS: ESTUDO DE CASO DE ITABIRA E BELO HORIZONTE	
Maria Luísa de Camargos dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.46619190210	
CAPÍTULO 11	110
TERRITÓRIOS E (IN)JUSTIÇA AMBIENTAL: CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS NA COMPREENSÃO DE UM ESTUDO DE CASO DE CONFLITOS AMBIENTAIS NO RIO DE JANEIRO	
Ana Maria Marques Santos Ana Carolina Marques Santos Tatiana de Souza Diniz	
DOI 10.22533/at.ed.46619190211	
CAPÍTULO 12	120
CONTEXTUALIZAÇÃO DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL E A REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DE IMÓVEIS RURAIS EM MATO GROSSO	
Joelson de Souza Passos José Carlos Ugeda Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.46619190212	
CAPÍTULO 13	134
CONFLITOS NO CAMPO E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NO MUNICÍPIO DE URUÇUÍ-PI	
Helena Vanessa Maria da Silva Manuela Nunes Brito Leal	
DOI 10.22533/at.ed.46619190213	
CAPÍTULO 14	143
CARACTERÍSTICAS FISIAGRÁFICAS DA BACIA DE CONTRIBUIÇÃO DA UHE SALTO DO RIO VERDINHO, GOIÁS, BRASIL	
Isabel Rodrigues da Rocha Daiane Ferreira Batista Wilson Sousa Queiroz Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.46619190214	

CAPÍTULO 15 155

ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP) NA SUB-BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO VERDE,
JARDIM (MS)

Laís Viudes Modesto
Vitor Matheus Bacani

DOI 10.22533/at.ed.46619190215

SOBRE A ORGANIZADORA..... 163

O CURRÍCULO MÍNIMO DE GEOGRAFIA FRENTE ÀS POLÍTICAS CURRICULARES NACIONAIS

Ana Carolina de Figueiredo Azevedo

Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Formação de Professores –
Departamento de Geografia – São Gonçalo – Rio
de Janeiro.

Ana Claudia Ramos Sacramento

Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Formação de Professores –
Departamento de Geografia – São Gonçalo – Rio
de Janeiro.

RESUMO: Nas últimas décadas as políticas curriculares estão sendo frequentemente discutidas e isso não se restringe apenas ao Brasil, mas em todo o mundo, sobretudo em países periféricos. As transformações que estão ocorrendo na Educação pelo Governo Federal Brasileiro têm estimulado as várias entidades a compreender e a analisar a real questão camuflada na concepção das novas formas de organização curricular. Dentro de tais transformações pode se destacar o Currículo Mínimo e a Base Nacional Comum Curricular. Assim, é por meio do Currículo Mínimo que a Secretaria da Educação do Estado do Rio de Janeiro implementa na Rede Pública as mudanças que fazem parte desta dinâmica repensando o currículo desde a gestão até as avaliações. O objetivo deste trabalho é analisar metodologicamente o Currículo Mínimo de

Geografia compreendendo como as atuais políticas educacionais influenciaram em sua organização. A metodologia desenvolvida a qualitativa assentada no estudo de caso, o caso é sempre bem delimitado, pois tem um interesse próprio, singular; ainda que possa ser similar a outros casos, assim foi utilizado dois instrumentos a análise do documento e as entrevistas com os professores. Como resultado foi percebido que o Currículo Mínimo segue os pressupostos das políticas macro para a educação; estabelecendo normas e condutas para os professores; tem como proposta o desempenho da avaliação; da meritocracia; o currículo de geografia é um documento mínimo, que não traz novidades teórico-metodológica ou pedagógica que possa ser transformadora, pelo contrário, é limitada e trazem fundamentos de todos as concepções teórico-metodológicas da geografia.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas curriculares; Educação Básica; Currículo Mínimo; Ensino de Geografia.

ABSTRACT: The last decades as policies of progress are being discussed and are not restricted to the world, but throughout the world, especially in peripheral countries. The transformations that are occurring in Education by the Brazilian Federal Government have been analyzed as several entities and analyzed

with a real question of disguised in the area of planning. Within these transformations it is possible to emphasize the Minimum Curriculum and a Common National Base Common. Thus, it is through the Curriculum that the Secretary of Education of the State of Rio de Janeiro implements a Public Network of Changes in Life Evaluation. In this way, the objective of this work is the Minimum Curriculum of Geography through the curricular policies of the state. The methodology was based on the qualitative study of the case study, the case is always well delimited, because it has a unique interest; Although similar to other cases, it was also used as an instrument for analyzing the document and as an interview with the teachers. As a result, the Minimum Curriculum for the Assumptions of the Macro Politicians for Education was designed; establishing norms and behaviors for teachers; has as proposal the performance of the evaluation; meritocracy; the geography curriculum is a minimal document, which does not bring theoretical-pedagogical or pedagogical innovations that can be transformative, at least, is limited and brings the foundations of all as theoretical-methodological conceptions of geography.

KEYWORDS: Curricular policies; Basic education; Minimum Curriculum; Teaching Geography.

INTRODUÇÃO

Desde 1990, o Governo Federal, Estados e Municípios têm trabalhado com as concepções de matriz de currículo por competências. O fundamento deste currículo é atribuir senso prático aos saberes disciplinares para desenvolver situações verificáveis e tarefas específicas.

As reformulações dos currículos são analisadas conforme o contexto de cada época, com o espaço vivido e produzido pela sociedade capitalista, permitindo, assim, organizar e formular conteúdos e conceitos mediante a percepção dos professores sobre o que seja importante para o aprendizado de seu aluno e, principalmente, a concepção de ensino.

Pode-se analisar como a perspectiva neoliberal sobre as políticas curriculares vem sendo implementada no mundo todo, principalmente no Brasil a partir da década de 1990. Assim essas mudanças não estão desconectadas do mundo, mas são desenvolvidas a partir de um projeto que ganha força com a crise de 1973, em que ocorre uma forte recessão nos países centrais.

Existem relações entre as políticas educacionais da década de 1990 e os organismos multilaterais, como o Banco Mundial que vem mantendo relações não só com o Brasil, mas em toda a América Latina, passando pela esfera econômica, política e educacional. As reformas curriculares tinham o objetivo de definir novos parâmetros para a educação básica, e agora a base comum que pensa mais em integração e uma maior interdisciplinaridade.

Desta maneira, pode-se dizer que o currículo que abarca a Geografia, uma

ciência que aborda diferentes questões, sejam elas pertencentes ao mundo físico ou social, as mesmas visam à compreensão do espaço geográfico através da relação estabelecida entre o homem e o meio, têm diferentes visões e interpretações, devido à forma como seus autores desenvolvem as concepções teórico-metodológicas, filosóficas e ideológicas sobre a disciplina.

Tendo como concepção teórico-metodológica o estudo de caso, nossa intenção é mostrar como este tem “um interesse singular e próprio, além de trazer o estado do Rio de Janeiro e analisar suas singularidades, e outros aspectos comuns”. (LUDKE e ANDRÉ, 2013). Para isto, os instrumentos de pesquisa foram: levantamento bibliográfico sobre currículo, saberes docentes, geografia escolar e da legislação atual sobre a educação básica; análise documental do currículo, questionários e entrevistas sobre percepção dos docentes acerca do currículo.

O objetivo deste trabalho é analisar as políticas curriculares para a construção do currículo mínimo de Geografia do Estado do Rio de Janeiro, e como se apresenta a disciplina no documento. Este trabalho é parte do projeto de iniciação científica da FAPERJ intitulado: *A disciplina de Geografia no currículo do Estado do Rio de Janeiro no contexto da educação básica nacional (2015-2017)* e do projeto de Auxílio a Pesquisa intitulada *A disciplina de Geografia nos currículos estaduais de Goiás, Rio de Janeiro e São Paulo no contexto da educação básica nacional financiado pela FAPERJ no período de 2014-2016*.

No texto, serão discutidas brevemente tanto as noções sobre as políticas curriculares, de forma a analisar a importância dessas na atualidade; como a construção do Currículo Mínimo na perspectiva de pensar a organização e elaboração deste documento, e por fim, examinar o Currículo Mínimo de Geografia, sendo a disciplina materializada e praticada no âmbito escolar.

NOÇÕES SOBRE POLÍTICAS CURRICULARES

A educação tem assumido uma centralidade crescente com o desenvolvimento da tecnologia, com a flexibilidade do trabalho tanto na esfera de produção como de administração, fazendo com que ocorra, também, o desenvolvimento de outros tipos de conhecimento que tem buscado um ser polivalente. Por meio da educação, busca-se formar trabalhadores com altas habilidades e capacidades de inovação, elementos considerados essenciais para sustentar os modelos tecnológicos de produção vigente (LOPES, 2008).

O Brasil, assim como os países que realizaram alterações em suas políticas educacionais desde os anos de 1990 – as reformas na educação, afirmam os teóricos, foram e são feitas com base em políticas econômicas genericamente denominadas neoliberais, caracterizadas por acentuada submissão ao Estado – submeteu-se às exigências das agências multilaterais, como a Organização das Nações Unidas para

a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – e aos mecanismos de regulação do mercado - ou seja, a globalização econômica teria sido capaz de determinar uma globalização política e cultural que, por sua vez, incorreu em homogeneização das políticas curriculares, caracterizadas, entre outros aspectos, pela defesa do currículo integrado, da interdisciplinaridade, dos temas transversais e dos currículos por competências (LOPES, 2008; MORAES, OLIVEIRA, SACRAMENTO E MORAES, 2016).

Pode-se destacar também o pensamento de Harvey (2007, p.2), ao dizer que o neoliberalismo é uma teoria econômica para afirmação do bem-estar humano sendo promovido por meio da máxima liberdade empresarial, como livre comércio, mercado livre, propriedade privada e liberdade individual. Assim, o Estado se resumirá na garantia dos direitos do mercado e na qualidade e integridade da moeda, no entanto, “[...] se não há mercados (em áreas como educação, saúde, previdência social ou poluição ambiental) eles devem ser criados pelo Estado, se necessário; mas o Estado não deve se aventurar para além dessas fronteiras. ”

Assim, pensar no campo educacional, existe um caráter mercadológico, pois o capitalismo defende o ensino como produto que tem seu valor e esse se torna mais um do sistema. Para que a escola seja uma instituição totalmente capitalista, ela precisa deixar de ser pública, diminuindo seu número de vagas, uma educação com pouca qualidade e, dessa forma, facilitando a entrada do mercado. Destarte, as políticas atuais têm respondido a essas perspectivas e a das grandes corporações e instituições internacionais, trazendo discursos da necessidade da melhoria do ensino, colocando a precariedade de ensino público, um ensino que garantam a cidadania ao indivíduo e sua entrada no mercado de trabalho, entrando assim nos seus padrões de consumo.

As decisões estabelecidas pelos agentes da produção do currículo e do cenário que se apresentam tanto do jogo político, como administrativo, e a forma como se estabelece o sistema curricular está direcionado também aos conteúdos e a toda prática curricular; ou seja, de acordo com os parâmetros que os agentes se interagem para a construção do mesmo em torno dos interesses nacionais vigentes.

Se ela se torna uma política do conhecimento escolar, então, o cotidiano dela faz parte das mudanças recorrentes das políticas públicas, para que o discurso da eficiência e também da competência que tem respaldo às discussões entre os especialistas e dos técnicos das Secretarias.

Segundo Gimeno (1988, p.129) apud Varela (2013, p. 56) a política curricular “toa decisão ou condicionamento dos conteúdos e da prática de desenvolvimento do currículo desde os contextos de decisão política e administrativa, que estabelece as regras de jogo do sistema curricular”.

Assim, para Lopes (2004, p. 57)

As políticas curriculares trazem concepções filosóficas, representações ideológicas e opções políticas e, na sua explicitação e implementação, estão envolvidas tanto

as altas instâncias políticas decisoras, como a administração educativa central, como as instituições escolares, cabendo a estas últimas, essencialmente a responsabilidade de sua materialização nos diversos contextos, no âmbito da qual produzem igualmente discursos e tomam decisões.

Desta forma, existe toda uma concepção de ser e estar do currículo que é construída a partir de disputas de poderes entre diferentes instituições e suas ideologias promovendo aos detentores das decisões, discursos que se materializam no documento para que a escola seja aquela a qual realizará o que está no documento, não tendo o poder de decidir o que fará com este.

No ano de 2010, é desenvolvido documento - Aprendizagem para todos. Estratégia 2020 para a Educação do Grupo Banco Mundial, o qual estabelece outras metas e estratégias, no qual algumas das questões presentes são: ter os pobres e vulneráveis como objetivo, criar oportunidades de crescimento; promover ações coletivas globais e reforçar a governação – estabelecidas na sua recente estratégia de direções pós-crise; o crescimento, desenvolvimento e redução da pobreza dependem dos conhecimentos e qualificações que as pessoas adquirem, não no número de anos que passaram sentados numa sala de aula; no nível pessoal, embora um diploma possa abrir as portas para um emprego, são as competências do trabalhador que determinam a sua produtividade e capacidade para se adaptar a novas tecnologias e oportunidades.

Desta maneira, algumas mudanças foram significativas no Brasil: a construção de uma base nacional e a reforma do ensino médio, com o objetivo de alinhar o discurso defendido pelo Grupo do Banco Mundial.

Sendo assim, depois de debates desde 2013, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi oficialmente constituída com versão final em dezembro de 2017. Este documento que tem como princípio um projeto de nação sobre aquilo que se quer idealizar, do ponto de vista federativo, para promover uma proposta de currículo, sujeito, aprendizagem; enfim, de sociedade, que se quer constituir a partir de um documento nacional. A Base Curricular faz parte de um modelo neoliberal que tem a intenção de despolitizar a sociedade para uma ideia única de cidadania social, mantendo o foco na dimensão capitalista (MACEDO, 2014).

Assim, documento guiará não só as diferentes fases da escolaridade, mas também a organização do sistema avaliativo, bem como a formação de professores e os materiais didáticos como já está estabelecido nos editais da PLND (2018, 2020). Além disso, a discussão mais questionada está na organização das áreas e de seus componentes, que devem se relacionar entre diferentes formas de linguagens de modo a saber interpretar e conhecer os fenômenos e seus processos de vários tipos: naturais, sociais e culturais.

Pode-se exemplificar tal concepção por meio do currículo mínimo do estado do Rio de Janeiro (2012), que tem como matriz curricular o currículo por competências, com estruturação seguida pelos PCNs de Geografia. O objetivo deste é desenvolver

aspectos estratégicos, políticos e gerenciais dentro da escola, para buscar melhores resultados no processo ensino-aprendizagem a fim de elevar os resultados nas avaliações nacionais e estaduais (MORAES, OLIVEIRA, SACRAMENTO E MORAES, 2016). Em meados de 2018, a Secretaria do Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEDUC), está tendo novas reuniões e conversas para organizar um currículo do estado voltado às concepções estabelecidas pela Base, isso pode significar novas mudanças na forma de organização do currículo.

O estudo da disciplina nos possibilita questionar o como e o porquê da estruturação dos currículos de Geografia e quais foram suas finalidades. O ensino desta disciplina era, então, caracterizado e delimitado de acordo com os interesses de Governo e de suas Políticas Públicas para a Educação, e os conteúdos eram estanques da realidade e de qualquer crítica relacionada a eles.

A CRIAÇÃO DO DOCUMENTO CURRÍCULO MÍNIMO (CURRÍCULO BÁSICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO)

Em estudos como de Silva (2015), Moraes, Oliveira, Sacramento, Moraes (2016), Pereira (2016), Azevedo (2018) apontam a importância do estudo do currículo, e em caso, particular, ao Currículo Mínimo do Rio de Janeiro (2012)

Os Estados, de maneira a atingirem as exigências tanto do MEC, quanto da LDB e DCN, assim como dos órgãos internacionais, buscam adaptar-se não só à realidade educacional, como também às econômicas e culturais. Deste modo, a criação do currículo mínimo não está somente associada às questões educacionais, mas também a mudanças econômicas e políticas no cenário do estado do Rio de Janeiro.

A entrada política do PMDB no governo Sergio Cabral (2007-2014) trouxe uma série de mudanças a partir da concepção desenvolvimentista e neoliberal do partido, mobilizando e trazendo melhoras quanto à economia e infraestrutura do Estado em alguns aspectos: aumento dos estaleiros; aumento da produção do petróleo; mudanças na arrecadação de impostos; aumento nas grandes infraestruturas das rodovias e aeroportos; mudanças nos transportes rodoviários.

Contudo, segundo Pereira e Oliveira (2014) essa melhoria não condizia com o campo da educação, uma vez que o estado do Rio de Janeiro ficara em 26º lugar no ranking do IDEB de 2009, ou seja, em penúltimo, provocando, assim, várias mudanças tanto do ponto de vista da gestão, como do currículo e da avaliação, como forma de controle para melhorar o índice.

Desta maneira, Wilson Risólia Rodrigues foi escolhido em outubro de 2010, como secretário da educação. Uma pessoa não da área, e sim, um economista, com foco em metas empresariais para a educação. Como a questão da educação hoje está mais ligada a metas, competências e habilidades, o que importa para o referido governo é alcançar a melhora do índice, não se comprometendo com a qualidade pedagógica, e

sim, na gestão sobre a escola e o que acontece nela.

Assim, foi criado o Currículo Mínimo em 2011, com reformulações em 2012, para direcionar quais são os conteúdos e os conceitos mínimos para que os professores possam seguir para as avaliações externas e internas. Segundo Silva (2015), este documento foi construído por uma equipe de professores da educação básica da rede estadual, que auxiliariam o trabalho coordenado por professores de universidades situadas no estado do Rio de Janeiro, em que estes garantiriam os aspectos científicos do mesmo. Para isso, foram ouvidos professores da rede em reuniões presenciais e a distância, pois foram solicitadas sugestões a respeito do mesmo.

Além disso, para finalizar a proposta do documento foram solicitadas aos professores no final do ano de 2010 e no período de férias de 2011, sugestões para o documento. Na verdade, esta forma de consulta não foi realizada pela grande maioria dos professores, pois estes estavam de férias e muitos não souberam. Contudo, o documento afirma que os professores participaram da avaliação. De acordo com a pesquisa realizada por vinte professores da rede, oito professores disseram conhecer o ocorrido. De forma geral, as respostas dos professores foram sucintas:

PRJ 7: sim, num contexto de tentar igualar os conteúdos bases a serem desenvolvidos nas escolas.

PRJ12: de forma silenciosa e autoritária.

PRJ13: houve uma seleção de especialistas no campo da Geografia e de professores da rede, mas parece que o que predominou foi a parte burocrática e meritocrática da secretaria.

Em relação à participação da construção do documento, seis professores tomaram conhecimento, mas somente dois participaram com sugestões. O grande motivo disso foi devido à convocação ter sido no final de dezembro, até meados de janeiro, nas férias dos professores, como alega uma professora:

PRJ9: em cima da hora, nas férias de janeiro, convidaram os professores da rede para participar, soube que aparecerem poucos. Foi mal divulgado, acredito, para que eles decidissem do jeito deles.

A partir do ano de 2011, o Estado tem então trabalhado com o “Currículo Mínimo”, o qual tem por objetivo servir de referência, apresentando as competências, habilidades e conteúdos básicos que devem conduzir os planos de curso e de aulas dos docentes. De acordo com o documento, “sua finalidade é orientar, de forma clara e objetiva, os itens que não podem faltar no processo de ensino-aprendizagem, em cada disciplina, ano de escolaridade e bimestre”. (SEEDUC, 2012, p. 2).

Como escrito no documento Currículo Mínimo (SEEDUC, 2012), este foi implementado para garantir as disciplinas estabelecidas nas DCNs dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio, nos seguintes componentes: Matemática, Língua Portuguesa/Literatura, História, Geografia, Filosofia e Sociologia. Em seguida, foram feitas revisões e incluídas as doze disciplinas da Base Comum Nacional,

conforme os PCNs, com o objetivo de ser utilizado em todas as escolas estaduais. De acordo com o SEEDUC (2012, p.2): “O Currículo visa estabelecer harmonia em uma rede de ensino múltipla e diversa, uma vez que propõe um ponto de partida mínimo – que precisa ainda ser elaborado e preenchido em cada escola, por cada professor, com aquilo que lhe for específico, peculiar ou apropriado”.

Além disso, uma questão na própria Resolução SEED nº 4.866 de 14 de fevereiro de 2013, torna obrigatório o uso do CM por todas as escolas do Estado, a fim de promover uma pauta única curricular, não como forma de orientação como está sendo prescrito no documento, mas como forma de doutrina a ser seguida por suas competências e habilidades, tão questionadas pelos educadores.

Desta maneira, a própria secretaria estabelece a obrigatoriedade do uso do documento para orientar os profissionais em relação aos conteúdos que devem ser lecionados e quais são as competências e habilidades desenvolvidas ao longo de cada bimestre. De certa forma, percebemos a falta de autonomia do professor, visto que o currículo construído de “cima para baixo”, apesar de ter em seu discurso que os professores participaram ou foram consultados, deixa claro também que efetivamente isso não ocorreu (de acordo com o próprio relato dos professores).

Outra medida estabelecida foi a meritocracia, na qual as escolas são bonificadas com gratificações para os professores, que são relativos também a outros dados. Ou seja, fica estabelecida a relação empresarial que a SEEDUC criou para trabalhar na sua rede estadual, com o objetivo de meritocracia e das metas de produção fabril, tecnocrata, benefícios e consumismo individual para tratar os problemas da educação. Outra questão evidente é a culpa colocada nos professores pela falta de rendimento na escola, dentre outros pontos. (FRIGOTTO et ali, 2011, s/d) e NASCIMENTO (2013).

A partir desse conjunto de critérios e porcentagens analisamos como efetivamente o discurso aparece não só na Resolução do Estado, como também no Currículo Mínimo e em outros canais, salientando a importância da gestão econômica dentro da escola para estabelecer padrão de conduta para todos da área da educação. O não cumprimento acaba sendo uma punição para a escola que não alcançou a meta. Isso pode trazer desavenças e competições entre as escolas, além de manter a desigualdade, uma vez que nem todas as escolas recebem o mesmo subsídio, visto que muitas estão localizadas em áreas de risco, ou tem problemas graves de falta de professores e materiais. (FRIGOTTO et ali, 2011, s/d)

Outra questão está relacionada à falta de autonomia docente, a qual o Estado estabelece na Resolução SEED nº 4.866 de 14 de fevereiro de 2013 as seguintes normas:

Art. 5º - Fica instituído um modelo de Plano de Curso Anual (anexo) para utilização por todos os professores regentes em turmas de Educação Básica da Rede Estadual de Ensino, a fim de auxiliar o seu acompanhamento do cumprimento do Currículo Mínimo.

I - compete aos Gestores, Coordenadores Pedagógicos e/ou IGT - Integrantes do

Grupo de Trabalho da unidade escolar - checar o Plano de Curso Anual de todos os professores regentes da unidade escolar bimestralmente.

II - os Gestores devem arquivar por dois anos, ao final do ano ou na saída de um professor da unidade escolar, o Plano de Curso Anual dos professores regentes da sua unidade escolar.

No artigo 5, os professores têm que fazer um plano de curso padronizado (sem atender à realidade de cada escola) para facilitar o acompanhamento dos coordenadores e dos supervisores. Uma forma de controlar o trabalho do professor é também o lançamento das notas e dos conteúdos aplicados, pois desta forma verifica-se os números de reprovação/aprovação. Segundo Silva (2015), “de acordo com as taxas de reprovações, os gestores da escola e os coordenadores devem cobrar dos professores a melhoria dos resultados, ou, a aprovação dos estudantes mesmo se eles não tiverem condições.”

Em relação às propostas pedagógicas, ficam evidentes certas questões: as competências e habilidades, e os conjuntos de boas práticas educacionais: ensino interdisciplinar e contextualizado; oferta de recursos didáticos adequados; a inclusão de alunos com necessidades especiais; a incorporação de projetos e temáticas transversais nos projetos pedagógicos das escolas; a oferta de formação continuada aos professores e demais profissionais nas escolas, entre outras. (SEEDUC, 2012, p.2)

Outro ponto está relacionado às boas práticas educacionais, um conjunto de elementos estabelecidos pela SEEDUC para respaldar o professor na construção da ação. Importa ressaltar neste ponto o chamado “ensino interdisciplinar e contextualizado”, pois observa-se dentro do currículo que este discurso não atinge seu objetivo, uma vez que o currículo foi elaborado por especialistas que não se reuniram entre si para construir coletivamente o documento; além disso, observa-se em casos como a Geografia, a falta de contextualização dos conceitos e dos conteúdos dentro do currículo.

Desta forma, a SEEDUC chamado hoje de Currículo Básico da Rede Estadual de ensino busca na resolução SEEDUC nº 5635 de 2 de abril de 2018 estabelecer as novas mudanças para pensar a implementação das mudanças dos currículos para se organizar conforme a base.

RESOLVE: Art. 1º - Instituir a Comissão Estadual d Art. 1º - Instituir a Comissão Estadual de implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nas Redes públicas e privada de Educação Básica do Estado do Rio de Janeiro, que atuará em regime de colaboração entre o Estado do Rio de Janeiro e os municípios fluminenses, e será presidida pelo Secretário de Estado de Educação.

Art. 2º - As diretrizes pedagógicas estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular servirão como guia de orientação para a revisão e elaboração do currículo e sua implementação nas redes de ensino do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 3º - Compete à Comissão Estadual de implementação da BNCC supervisionar

a implementação da Base Nacional Comum Curricular e acompanhar a elaboração do currículo e sua implementação nas etapas da educação infantil e ensino fundamental.

Desta forma, a partir desta data fica instaurado comissões para revisão e elaboração de um possível novo Currículo Básico para Rede Estadual de ensino do Rio de Janeiro, com colaboração também privada no processo de organização e estruturação curricular. Assim, sendo mais uma etapa das políticas curriculares implementadas desde 1990 com avanços cada vez maiores agora com a nova colaboração do Banco Mundial referente ao Resumo Executivo elaborado em 2011 para todos os países que recebem capital do Grupo.

CURRÍCULO MÍNIMO DE GEOGRAFIA

Como já destacado, as disciplinas que estão prescritas como base dos PCNs e as DCNs compõem o documento, sendo assim, a Geografia “para os anos finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio Regular” (SEEDUC, 2012, p. 3). Desta maneira, a disciplina está presente no ensino regular para ser trabalhada pelos docentes especialistas, a fim de garantir as habilidades e competências, de acordo com cada ano e bimestre, bem como “as diferentes metodologias de trabalho, linhas teóricas e abordagens da Geografia”. Assim, não deixa evidente que seriam esses elementos necessários para ensinar a disciplina.

Nota-se que o principal interesse do Estado na elaboração do currículo mínimo (2012), é produzir um conhecimento moldado e que se estrutura em uma lógica neoliberal, materializando no currículo uma sociedade capitalista através do domínio da educação e das disciplinas, como foi possível compreender na geografia (AZEVEDO, 2018).

Segundo Pereira (2016), a concepção pedagógica conservadora tradicional e tecnicista sempre estiveram presentes no currículo escolar, construindo e controlando conceitos próprios da Geografia. Ele aponta que no Currículo Mínimo do Estado isso não é diferente, o conservadorismo pedagógico é preservado nos principais objetos geográficos, estes que são essenciais para a compreensão da disciplina.

A discussão acerca da Geografia é sucinta, com uma página para discutir os propósitos dos conteúdos e conceitos nas divisões sugeridas. Um documento efetivamente mínimo, mas que não traz nenhuma novidade teórico-metodológica ou pedagógica que possa transformar o ensino. Pelo contrário, é limitado e traz fundamentos de todas as concepções teórico-metodológicas da geografia.

Dentre os elementos que nortearam a releitura deste currículo, temos: a análise escalar e as representações gráficas e cartográficas como um instrumental para a compreensão dos fenômenos e processos geográficos em todos os níveis de ensino; a visão da globalização como processo; a análise ambiental permeando todo o currículo; as possibilidades de estabelecer um diálogo entre as diferenças, valorizando a diversidade cultural; e a problematização das questões geográficas

Neste parágrafo, os autores trazem algumas questões centrais do pensar a ciência geográfica e seu campo atual, bem como a análise escalar - uma discussão já muito realizada por Lacoste (1988) -, que busca mostrar a importância de como pensar as múltiplas escalas dentro de uma perspectiva de concepção geográfica dos diferentes níveis de análises.

Igualmente, destaquem-se as representações cartográficas e gráficas, já que a linguagem cartográfica traz uma discussão do espaço, bem como os diferentes níveis de análise. Lacoste (1988) diz que este é um grande instrumento, pois o mesmo possibilita a compreensão das diferentes intervenções sobre o espaço e seus diversos fenômenos, a partir de concepções representadas nos diferentes mapas e em diferentes escalas.

Pertinente é também evidenciar a análise ambiental tão discutida no mundo atual, devido à necessidade de repensar o seu uso e a sua lógica concepção, além de compreender como os fenômenos ambientais e o meio ambiente estão se constituindo no global e no local, com as intenções não só de preservação e conservação, como também parte da economia capital.

Pensar a diversidade cultural presente nos PCNs, e nos documentos oficiais, parte de uma tentativa de trabalhar sociedade e cultura, ainda que dentro das competências e habilidades não haja efetivamente uma discussão consistente sobre isso. Paralelamente, trabalhar o Rio de Janeiro é uma tentativa de debater sobre as diversidades regionais descritas nos documentos, mesmo que de fato em poucos momentos isso aconteça neste currículo.

Segundo Azevedo (2018) O currículo mínimo (2012) continua reproduzindo o modelo N-H-E, negando uma reflexão que esteja voltada a totalidade, traz abordagens rasas e não faz efetivas problematizações, se distancia assim de uma proposta que possibilite a construção da qualidade do ensino correlata a abordagens que façam os sujeitos sociais se colocarem como agentes da produção do espaço.

Estas questões voltam para as discussões de Moreira (2011) acerca das concepções teórico-metodológicas atuais de pensar a disciplina de forma plural com diferentes debates emergindo na escola geográfica. Isto não quer dizer que este currículo traga de fato algo novo. O documento ainda traz o discurso que,

certamente é um processo de repensar a nossa prática de sala de aula com autonomia, respeito às diferenças e a visão interdisciplinar. A Geografia é uma disciplina escolar que, através dos seus conceitos e temas, dialoga com outras disciplinas, contribuindo para uma formação geral crítica dos nossos alunos frente às questões da contemporaneidade. (SEEDUC, 2012, p. 3)

Não há o que repensar das práticas, como os professores alegam nas entrevistas, uma vez que não têm autonomia para fazer o que querem, e nem carga horária para isso. Não existe de fato um “respeito” à autonomia, já que são “obrigados” a executar o currículo e, não efetivamente construir outras propostas de discussão sobre as

competências e as habilidades. Além disso, a visão interdisciplinar de fato não acontece do ponto de vista pedagógico, pois o currículo foi construído disciplinarmente, estando só no discurso o processo interdisciplinar da Geografia.

CONCLUSÃO

Sabendo-se que as reformas em torno do currículo não se estabelecem apenas na escala local, é necessário compreender as diferentes mediações escalares que a envolvem, na perspectiva de entender o diálogo que tem sido estabelecido entre as políticas federais e as estaduais na organização da Educação Básica.

As Políticas Curriculares Nacionais, Estaduais e Municipais estabelecem suas cargas horárias, competências, habilidades, os conceitos, os conteúdos, os materiais, as avaliações a serem desenvolvidas e aplicadas pelos docentes, a fim de ter um parâmetro do que ensinar, como ensinar e como avaliar.

É por compreender a importância do currículo frente às reformas educacionais e, conseqüentemente, na sociedade, que se questiona o lugar da Geografia nos documentos que regulamentam a educação básica no Brasil na atualidade.

É por compreender a importância do currículo frente às reformas educacionais e, conseqüentemente, na sociedade que se questiona o lugar da Geografia nos documentos que regulamentam a educação básica no Brasil na atualidade e pensar quais serão as mudanças elaboradas para o Currículo Básico da Rede Estadual de ensino do Rio de Janeiro?

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Ana Carolina de Figueiredo. **A crítica a geografia do currículo mínimo do Estado do Rio de Janeiro: Análise Teórico- Metodológica, docente e didática**. 2018. 123 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2018.

BANCO MUNDIAL. **Aprendizagem para todos. Estratégia 2020 para a Educação do Grupo Banco Mundial**. Resumo Executivo. Washington, 2011.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: **Ministério da Educação: Secretaria de Educação Básica**, 2017.

FRIGOTTO, Gaudênio; GAMA, Zacarias; ALGEBAIL, Eveline; MOTTA, Vânia da. **Plano de Metas da Educação do Rio de Janeiro: do economicismo ao cinismo**. Publicado em: 13 jan. 2011. Disponível em: < <http://www.uff.br/observatoriojovem/materia/plano-de-metas-da-educa%C3%A7%C3%A3o-do-rio-de-janeiro-do-economicismo-ao-cinismo> >. Acesso em: 19 de outubro de 2013.

HARVEY, David. Neoliberalismo Como Destruição Criativa. ©INTERFACEHS – **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente** - v.2, n.4, pp. 1-30. Disponível em <http://www.revistas.sp.senac.br/index.php/ITF/article/viewFile/144/160>. Acesso em 12 de outubro de 2016.

LACOSTE, Yves. **A Geografia isso serve, em primeiro lugar, para fazer guerra**. São Paulo: 4ª ed.

Papirus, 1988.

LOPES, Alice Casimiro. **Políticas curriculares: continuidade ou mudança de rumos? Revista Brasileira de Educação (Impresso)**, São Paulo, n.26, 2004. p. 109-118.

LOPES, Aline Casimiro. **Políticas de integração curricular**. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2008.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2ª ed. São Paulo: EPU, 2013.

MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Curricular Comum: Novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. São Paulo: **Revista e-Curriculum**, v. 12, n. 03 p.1530 - 1555 out./dez. 2014 (Programa de Pós-graduação Educação: Currículo – PUC/SP) <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>

MORAES, Loçandra Borges; OLIVEIRA Karla Anielly, SACRAMENTO, Ana Claudia Ramos; MORAIS, Eliana Marta Barbosa. Políticas Curriculares: O Caso dos Currículos de Geografia do Rio de Janeiro e Goiás. In: VIII Fórum NEPEG, 2016, Caldas Novas. Anais do VIII Fórum NEPEG de Formação de Professores de Geografia. Goiânia: NEPEG/LEPEP/IESA-UFG, **Anais...** 2016. v. 1. p. 691-697.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico? 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.**

NASCIMENTO, Thiago Rodrigues. **A educação, o ensino de história e o currículo mínimo do Estado do Rio de Janeiro**. Londrina: **História & Ensino**, v. 19, n. 2, jul./dez. 2013, p. 87-114.

RIO DE JANEIRO. **RESOLUÇÃO SEEDUC Nº 4.866 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2013**. Dispõe sobre a implantação e acompanhamento do currículo mínimo a ser instituído na rede de ensino pública do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://mminerva.blogspot.com.br/2013/02/resolucao-seeduc-n-4866-de-14-de.html>>. Acesso em: 01 de novembro de 2013.

RIO DE JANEIRO. **RESOLUÇÃO SEEDUC Nº 5635 DE 2 DE ABRIL DE 2018**. Institui a comissão estadual de implementação da base nacional comum curricular (bncc), no âmbito da educação básica no estado do rio de janeiro. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=f42dc575-0926-4e77-9b5b-ed91f3a33961&groupId=91317>. Acesso em: 15 de outubro de 2018.

PEREIRA, Fábio de Barros; OLIVEIRA, Inês Barbosa de. **Ponderações ao currículo mínimo da Rede Estadual do Rio de Janeiro: uma contribuição ao debate em torno da ase Comum Nacional**. Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 12, n. 3 p. 1669 – 1692, out./dez. 2014 ISSN: 1809-38761673. Programa de Pós-graduação Educação: Currículo – PUC/SP <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>

PEREIRA, Yan Marllon da. **O papel do currículo no atual contexto neoliberal: uma análise do currículo mínimo de geografia e dos seus conceitos de região, território e paisagem**. 2016. 133 f. Monografia (graduação em Geografia) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2016.

RIO DE JANEIRO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Proposta Curricular: um novo formato. Geografia. Rio de Janeiro: SEE-RJ, 2012**. Disponível em: <<http://www.conexao professor.rj.gov.br/downloads/GEOGRAFIA.pdf>>. Acesso em: 27 de abril de 2014.

SILVA, Suzana C. **O Ensino de Geografia no contexto das Políticas Públicas Educacionais: uma análise das Avaliações Externas, do Currículo Mínimo e dos Professores de Rio Bonito – RJ**. Dissertação (Mestrado em Humanidades). Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2015, 234 páginas.

VARELA, Bartolomeu Lopes. **O Currículo e o Desenvolvimento Curricular: Concepções, Práxis e Tendências**. Praia, Santiago, Cabo Verde: Universidade de Cabo Verde. Coleção Aula Magna Vol. 1. Edições Uni-CV, 2013.

SOBRE A ORGANIZADORA

ANNA PAULA LOMBARDI Possui graduação em Bacharelado em Geografia (2011) e Licenciatura em Geografia (2014) pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR. Mestre em Gestão do Território (2014) pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR. Doutora em Geografia (2018) pela mesma Instituição. Bolsista Capes pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior realizado na Universidad Autónoma de Ciudad Juárez/Chihuahua/México pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo no Doutorado em Estudios Urbanos (2017). Conhecimento na área de Geografia e Ensino de Geografia. Atua principalmente nas áreas de espaço urbano, Planejamento Urbano, sociedade; práticas sociais, grupos de minorias, políticas públicas e os estudos da Geografia da Deficiência (the Geography of Disability). Trabalhou como Professora/formadora na UAB no curso de Licenciatura em Geografia pela disciplina de (OTCC) Orientações de trabalho de conclusão de curso pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR. Atualmente é Docente pela Faculdades CESCAGE e realiza Orientações e supervisões no curso de Especialização em História, Arte e Cultura a distância pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-146-6

